

Política

GOVERNO

Prisco Viana condena eleições presidenciais no ano que vem

por Edson Beú de Brasília
O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MDU), deputado Prisco Viana, ultimamente, uma das presenças mais assíduas no Palácio do Planalto, acha "temerário" discutir a antecipação de eleições presidenciais antes mesmo de o País conhecer as regras eleitorais que ainda vão depender, conforme observou, da definição do sistema de governo pela Constituinte.

Prisco Viana acha que a tese das eleições presidenciais para 1988 não recebe o endosso da Nação. "O povo quer política, trabalho, moradia, escola. Não vi nenhum movimento popular, pedindo eleições imediatamente", disse. O ministro lembrou, ainda, que as iniciativas nesse sentido, articuladas por algumas lideranças partidárias, no meio do ano, fracassaram, "por falta de aceitação popular".

O ministro admite que o agravamento da crise econômica pode levar alguns adeptos do mandato de cinco anos a mudarem de idéia. Mas não acha que seja o caso dos governadores Orestes Quêrcia, Wellington Moreira Franco, Pedro Simon, Waldir Pires e Miguel Arraes, que estiveram reunidos no Rio de Janeiro, domingo último, quase em segredo. Prisco lembrou que todos os governadores do PMDB, com exceção de Fernando Collor de Mello (AL), já definiram, em outubro, na capital fluminense,

"CENTRÃO" Conservadores entregam o requerimento

por Zanoni Antunes de Brasília
O "Centrão", grupo formado por constituintes de inspiração moderada e que reivindica maior participação nos trabalhos da Constituinte, formalizou ontem à noite, durante sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte, a entrega do projeto de resolução que visa alterar o seu regimento interno. O "Centrão" pretende com isso apresentar emendas alternativas a títulos e capítulos do projeto do relator Bernardo Cabral.

O deputado Dasso Coimbra, do PMDB do Rio de Janeiro, marcou a entrega do requerimento lendo, da tribuna da Constituinte, um "Manifesto à Nação". Coimbra afirma que o movimento do qual é um dos fundadores objetiva dar à nova Carta uma feição mais de acordo com o universo do total dos constituintes (559 parlamentares), opondo-se à tendência progressista da atual Comissão de Sistematização, e garante que já conta com a assinatura de 315 constituintes.

Esse número apresentado pelo deputado Dasso Coimbra é superior ao previsto no regimento interno — 280 assinaturas — para a sua alteração e obedece, segundo os idealizadores do "Centrão", "ao desejo

MANIFESTO A NAÇÃO

A situação do País é motivo de preocupação de todos que se sentem responsáveis pelo destino da Nação brasileira, principalmente dos detentores de mandato popular.

O País espera uma Constituição moderna e duradoura que lhe assegure uma política de desenvolvimento com liberdade de cuja meta seja o homem, baseada na livre iniciativa da pessoa humana como força propulsora do progresso, e na igualdade de oportunidades como fundamento de uma vida digna e pacífica para todos.

A persistir a atual sistemática de trabalho, subordinada a fatores casuísticos e transitórios, corremos sério risco de continuar a Nação paralisada, à espera de definições institucionais que lhe imprimam confiança, segurança, eficiência e tranquilidade.

O tempo é de ação da maioria da Assembleia Nacional Constituinte, maioria que representa, efetivamente, o espírito e o retrato da sociedade moderada que a elegeram.

se, sua posição favorável ao mandato de cinco anos com presidencialismo. "Não se conhece nenhuma retificação desse documento", observou. O ministro entende que "a crise econômica não se resolve com a realização, pura e simples, de eleições". Por isso, prega um "esforço geral" da classe política para solucioná-la.

O secretário de Imprensa, Antonio Frota Neto, procurou ontem, interpretar o sentido da reunião de domingo, no Rio, de forma tranquilizadora: "Os governadores estão preocupados em definir uma posição política e institucional que evite qualquer intenção ou propósito velado de desestabilizar o País". Mas, ontem mesmo, Sarney deu mostras de que não está tão tranquilo assim como quis sugerir o assessor —, sobre o atendimento de algumas posições que ele considera fundamentais para seu governo. Por isso, decidiu suspender uma viagem que faria amanhã ao interior do Ceará e do Piauí, preocupado com a proximidade da votação, na Comissão de Sistematização, do item mais polêmico da Constituinte — a duração de seu mandato.

Um de seus assessores mais diretos explicou que o presidente achou conveniente não sair de Brasília até o dia dessa votação, para participar, pessoalmente e com afinco, das articulações no Congresso Nacional em defesa do mandato de cinco anos. O assessor disse que, ao contrário de algumas versões, o governo dispõe de informações que indicam a sua vitória. Segundo ele, a formação do bloco suprapartidário que defende a mudança do regimento interno da Constituinte, o "Centrão", está contribuindo muito para reverter o quadro a favor do presidente. E explica o trabalho com um argumento bem fisiológico: "As pessoas, quando votam, não pensam nas versões. Pensam desde o cargo do Fumrural até o do Banco Central".

CONSTITUINTE

Governadores articulam diretas 88

por Cecília Pires de Brasília

E preciso concluir com rapidez os trabalhos da Constituinte para abreviar a transição e preparar as eleições para presidente no ano que vem, pois o momento exige "soluções rápidas". O apelo passou a ser transmitido ontem pelos governadores em contato com as lideranças do PMDB. O governador da Bahia, Waldir Pires, falou por telefone com o vice-líder do partido na Constituinte, deputado Euclides Scalco, e estará hoje em Brasília para conversar pessoalmente com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, conversou por telefone com o senador José Richa (PMDB-PR) e o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que estava em São Paulo, conversou com o governador de Alagoas, Fernando Collor. A constatação de que o movimento por eleições no ano que vem é irreversível, porque há um vácuo de poder no País, foi feita durante a reunião de governador realizada no Rio de Janeiro, no último final de semana.

"A reunião foi convocada exatamente para este fim", disse ontem o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, apesar dos desmentidos oficiais de governadores de que não haviam tratado da questão do mandato de Sarney. "A conclusão não me pegou de surpresa, eu já sabia da posição destes governadores", disse o senador. "A notícia torna cada vez mais irreversível a fixação do mandato do presidente Sarney em quatro anos", concluiu.

Da reunião do Rio, participaram os governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Miguel Arraes, de Pernambuco, Waldir Pires, da Bahia, Orestes Quêrcia, de São Paulo, e Wellington Moreira Franco, do Rio de Janeiro. A deterioração da autoridade no País foi considerada de

Cabral aposta nos quatro anos

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

A duração do mandato do presidente José Sarney será votada pela Comissão de Sistematização até a próxima terça-feira, mas, "se a votação fosse hoje, seriam aprovados os quatro anos", na avaliação do relator da comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O relator esteve ontem em São Paulo para participar de uma cerimônia em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu seu apoio para uma campanha pelas diretas-88, lançada ontem pela entidade.

"Pelos contos de Cabral, 'quase quarenta parlamentares já estão decididos pelo mandato de quatro anos, dezoito ainda não têm opção

definida e há ainda correntes pequenas que apóiam cinco e seis anos".

O relator afastou a hipótese de haver uma negociação entre o Palácio do Planalto e a Constituinte pela qual os quatro anos seriam aprovados, mas o sistema parlamentarista já votado pela Sistematização seria revogado pelo plenário. "É só especulação. O que se nota hoje é que há muita diversificação entre os constituintes", disse Cabral, em seu discurso convicto do parlamentarismo.

A conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte "difícilmente se dará ainda este ano", comentou o relator. Segundo ele, se houver grandes mudanças entre as decisões da Comissão de Sistematização e o que for

aprovado pelo plenário, isto não significará a supremacia de um partido, pois "há fatores diversos que influenciam os votos dos parlamentares".

Cabral aceitou não ter "nenhum recato do 'Centrão'", grupo de constituintes mais conservadores que pretende alterar o regimento da Constituinte e, conseqüentemente, o projeto do relator, "até porque dentro deste grupo há parlamentares que não querem mudar, de forma alguma, o substitutivo Bernardo Cabral".

Sobre a possibilidade de o presidente José Sarney convocar eleições gerais para o próximo ano, Cabral não quis opinar. "Sarney é um político de sensibilidade. Caberá a ele decidir e não lhe faltará inteligência para isso. Não posso



Bernardo Cabral

dizer se o presidente acatará ou não as decisões da Constituinte, porque seria pura especulação.

tal ordem que os governadores admitiram ser difícil manter o processo até novembro, razão pela qual as eleições poderiam ser antecipadas.

Divididas entre a necessidade de apressar os trabalhos da Constituinte e discutir os rumos da transição, as lideranças do PMDB terão de encontrar, até o próximo final de semana, uma fórmula que compatibilize, agora, o sistema de governo da transição com o encurtamento do mandato do presidente Sarney. "Não estamos tendo

tempo para discutir, pois estamos aqui dentro, votando", disse ontem o vice-líder na Constituinte, deputado Euclides Scalco.

O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), parlamentar ligado à família do presidente Sarney, concluiu ontem um levantamento na Comissão de Sistematização com várias alternativas a serem escolhidas entre os constituintes, entre o parlamentarismo, o presidencialismo, e um mandato de quatro, cinco ou seis anos para Sarney. Os resultados divergiram comple-

tamente dos levantamentos feitos até agora pelas lideranças do partido, que contabilizavam pelo menos 47 votos — a maioria — em favor de um mandato de parlamentarista a partir do ano que vem.

Segundo o levantamento de Cid Carvalho, entre os 93 votos da Sistematização, contam 33 em favor de um

mandato de cinco anos, com o parlamentarismo implantado só depois de Sarney e apenas dezesseis votos para os quatro anos de mandato e implantação do parlamentarismo após a conclusão da Constituinte. Com este levantamento, Cid Carvalho pretendia ainda propor um entendimento entre os constituintes e o presidente Sarney, apesar dos números contraditórios levantados e da negativa do presidente, até hoje, em negociar.

Presidencialista por convicção, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que os pefelistas continuam apontando como seu principal candidato à sucessão de Sarney, voltou a concordar, ontem, no Congresso, com a necessidade de se abreviar a transição, segundo relato da repórter Denise Neumann.

"Encurtar o processo de transição passa por acelerar a conclusão do texto constitucional", disse Aureliano. Para o ministro, definidos o sistema de governo e o mandato do presidente Sarney, "já teremos o arcabouço da vida constitucional no País". Se as eleições devem ou não ser feitas no final da Constituinte, ou no final do ano que vem, Aureliano disse apenas que "este é um problema que a Constituinte vai definir".

Moreira adverte contra riscos na transição

por Guilherme Barros do Rio

"Fora da Constituinte só a violência das armas." A advertência foi feita ontem pelo governador do Rio, Moreira Franco, em palestra para cem empresários durante almoço promovido pela Câmara de Comércio Britânica.

Em seu pronunciamento, Moreira Franco enfatizou a necessidade de se restabelecer, no atual momento, a confiança na Assembleia Nacional Constituinte. "A alternativa que temos fora da Constituinte é muito pior, significará o rompimento da transição democrática e poderá custar muito caro ao povo brasileiro", sentenciou.

Apesar do tom alarmista dessas suas frases, o governador fluminense tratou de amenizar um pouco o forte conteúdo de suas previsões. Durante a entrevista que se seguiu ao almoço, ao explicar que "não é momento para vermos fantasmas, os fantasmas devem ficar fora do jogo real".

Mas deixou claro, no entanto, que os governadores do PMDB, a exemplo dele, não podem ficar como espectadores em todo esse processo de efervescência política e de mobilização dos empresários.

Mais do que um recado, o governador do Rio procurou tranquilizar os empresários quanto aos rumos da Constituinte. Com um discurso veemente em defesa da livre iniciativa e de apoio ao capital estrangeiro, Moreira Franco foi mais além ao garantir que aquele não era o seu pensamento, mas da maioria do PMDB e dos governadores do partido.

"O meu governo reconhece a importância do setor privado e da economia de mercado para o desenvolvimento econômico, político e social do País. Reconhece também o capital estrangeiro como instrumento potencialmente útil para esse desenvolvimento em vista da escassez de capital nos países menos desenvolvidos. No que diz respeito ao setor privado, são evidentes as vantagens de um sistema econômico onde os mercados funcionam com um mínimo de intervenção. Ou seja, onde as decisões são descentralizadas e tornadas consistentes

pelo livre movimento dos preços. O fracasso do Plano Cruzado e as dificuldades do Plano Bresser servem para demonstrar que o sistema de mercado é, de fato, mais eficiente que um sistema onde a maioria das decisões é quixotescamente centralizada na autoridade econômica", declarou Franco em um dos pontos altos de seu pronunciamento. Em outro trecho, ele assinalou que "o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico do mundo de hoje não permite que endosseemos nenhuma forma de nacionalismo simplório. O mundo inteiro está se libertando, se liberalizando, se internacionalizando. Reduzindo a burocracia e expandindo as formas de domínio tecnocrático do dia-a-dia do cidadão. Não podemos percorrer o caminho contrário, andar para trás e perder, quem sabe para sempre, a oportunidade de avançar para a condição de um país economicamente sadio, politicamente livre e socialmente justo".

O discurso de Franco foi muito bem recebido pelos empresários presentes ao almoço. O presidente da Shell, Roberto Broughton, chegou a reclamar, durante o encontro, que os empresários, de um modo geral, têm sentido falta de apoio político do PMDB a livre iniciativa e considero importante o fato de Franco se pronunciar publicamente a esse respeito.

O governador fluminense, ao se posicionar sobre o tema polêmico da estabilidade de emprego aprovado pela Comissão de Sistematização, disse que "não se pode garantir emprego por lei. O que deve ser criado é um seguro-desemprego sério, que não seja perfunctória e administrado pelos empresários e trabalhadores".

Moreira evitou, no entanto, se pronunciar sobre o mandato do presidente José Sarney. Apesar de ser um dos políticos mais atuantes na articulação para a redução do mandato, reafirmou que "a Constituinte é soberana para decidir sobre este tema". Já sobre a forma do governo, manteve sua posição de se realizar um plebiscito popular para decidir a mudança, ou não, para o parlamentarismo.

car algumas orientações". Segundo ele, a orientação do ex-presidente foi no sentido de "respeitar o império das leis".

Já na sua reunião com Moreira Franco, Amato afirmou que discutiu "acidentalmente" questões políticas. Mas assinalou que sua visita teve o objetivo de buscar um maior entrosamento entre a FIESP e o governador do Rio. Para isso, convidou Franco para realizar uma palestra, em data ainda a ser marcada, na FIESP.

O alvo principal da trilha de Amato, segundo ele próprio, é a Constituinte. É essa sua maior e principal preocupação, de acordo com ele, que, na semana passada, cumpriu uma agenda repleta em Brasília, mantendo encontros sigilosos com o presidente José Sarney e Ulysses Guimarães.

A vitória do PCB na Comissão

por Andrew Greenlees de Brasília

Numa das decisões mais polêmicas até o momento, a Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou, ontem, por 50 votos a 41, a nacionalização dos serviços de distribuição de derivados de petróleo no País, conforme proposta do deputado Fernando Santana, do PCB da Bahia. Para derrubar este dispositivo, seus opositores necessitariam, agora, reunir 280 dos 559 votos do plenário, na fase final dos trabalhos constitucionais.

Depois da votação, cercado por parlamentares que desejavam cumprimentá-lo, Santana ressaltou sua intenção de nacionalizar e não estatizar a distribuição de derivados de petróleo. "Queremos abrir mais este setor para empresas nacionais", disse o deputado, lembrando a aprovação, ante ontem, do conceito dessas empresas: constituídas e com sede no País, sob o

controle de pessoas físicas residentes no Brasil.

Pelo texto de Fernando Santana, "constitui monopólio da União a distribuição dos derivados do petróleo, facultada a delegação do desempenho a empresas privadas constituídas e com sede no País e maioria de capital nacional, por prazo determinado, no interesse nacional e só transferível mediante prévia anuência do poder concedente". Dessa forma, empresas estrangeiras somente poderão distribuir derivados caso se associem a brasileiros, reservados a estes o controle de capital.

Segundo o deputado da Bahia, o Conselho Nacional de Petróleo (CNP) tem dados que indicam ser de CZ\$ 13,2 bilhões a previsão de faturamento das distribuidoras para este ano. Dentre as empresas do setor, ainda de acordo com números divulgados por Santana, 60% são estrangeiras (as maiores são a Shell, a Esso e a Texaco). Do res-

tante, a Petrobrás detém 31% e a Ipiranga, 9%.

Contra a decisão, levantou-se o deputado Francisco Dornelles, do PFL do Rio de Janeiro, para quem o monopólio da União, neste caso, é um erro. Dornelles, aliás, foi um dos protagonistas da cena mais curiosa de ontem: o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), chegou à Comissão no momento da votação, sem saber do assunto. Olhou ao redor, ouviu alguém sussurrar "sim" e acenou positivamente, recebendo aplausos entusiasmados da ala esquerda do plenário. Dornelles saltou da cadeira: "Você está louco?", gritou, enquanto Albano Franco procurava uma explicação. Depois, o senador reconheceu: "Foi um voto apressado".

FRETES

Intensa discussão envolveu, também, a questão do transporte marítimo. Foi

mantido o texto do relator Bernardo Cabral, determinando que "a lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, terrestre e marítimo, observadas, no que se retere ao marítimo, as disposições de acordos bilaterais firmados pela União, o equilíbrio entre armadores e navios de bandeira e registros brasileiros e do país exportador ou importador e atendido o princípio da reciprocidade". Emenda do deputado Gastone Righi (PTB-SP) suprimiu o parágrafo que retirava o transporte de grãos desse artigo.

A Sistematização aprovou, ainda, dispositivos determinando que "os armadores, proprietários, afretadores, proprietários, afretadores, pessoas físicas ou jurídicas e comandantes e dois terços, pelo menos, dos tripulantes de embarcações nacionais serão brasileiros".

O funcionamento do transporte coletivo urbano, via concessão dos Estados teve mantidas suas atuais características.

Imissão passará a lei ordinária

por Andrew Greenlees de Brasília

Os moderados da Comissão de Sistematização, liderados pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), funcionaram ontem como o fiel da balança na votação de um dos pontos considerados mais polêmicos da Constituinte, a reforma agrária.

No primeiro momento, o grupo votou mais à esquerda, possibilitando a inclusão em detalhes do conceito de "função social da propriedade". Depois, um grande acordo com os conservadores — subscrito também pelos progressistas do PMDB, o PCB e o PC do B — retirou do texto a polêmica imissão imediata na posse, remetendo-a para regulamentação em lei complementar.

Os progressistas aceitaram o acordo quando constataram que não teriam o apoio dos moderados para manter o texto do relator Bernardo Cabral que previa a imissão na posse, ou seja, a desapropriação da terra é automática. A Jus-

tiça, pela proposta de Cabral, teria noventa dias para analisar o ato e, no caso de considerá-la improcedente, o proprietário seria indenizado em dinheiro.

A emenda utilizada para o entendimento foi a dos deputados Jovani Masini (PMDB-PR) e José Maria Eymael (PDC-SP), acolhida por 86 votos a 7. O PT e alguns membros da ala esquerda do PMDB ficaram contra. Diz o texto: "Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial de rito sumário para o processo judicial de desapropriação".

Foi derrubada por 86 a 7 a prévia votação do imóvel a ser desapropriado pelo órgão fundiário e o proprietário. Isso porque o dispositivo deixou de fazer sentido com o mecanismo, passando a ser definido mais tarde, em lei.

Apesar do recuo dos progressistas, os conservadores também sofreram derrotas. O deputado Guilherme Affif Domingos (PL-SP) defendeu a tese de que a função social deve estar subordinada ao uso da terra e não à sua propriedade. Pa-

ra o deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT paulista, esta proposta representa "um truque jurídico", pois o proprietário poderia suspender sua produção e alegar a inabilidade da norma, por não existir uma emenda defendida por Affif acabou derrotada por 58 votos a 34.

A seguir, a mesa diretora dos trabalhos considerou prejudicado pela votação anterior um dos dispositivos centrais na proposta dos conservadores: a emenda do deputado Aylsson Paulinelli (PFL-MG), determinando que "a propriedade rural produtiva não é passível de desapropriação por interesse social".

Na véspera, representantes da ala conservadora diziam que o grupo "não abriria mão" deste princípio. A derrota deixou irritado o presidente da

União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, presente à votação. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos expoentes do grupo conservador na Constituinte, dizia que o resultado era esperado, devido ao perfil ideológico da Comissão de Sistematização. "No plenário há mais bom senso", afirmou Cardoso Alves.

Os progressistas conseguiram ainda incluir uma definição detalhada da função social, que está cumprida pela propriedade rural quando, simultaneamente, a terra "é racionalmente aproveitada, conservam-se os recursos naturais, preserva-se o meio ambiente, observam-se as disposições legais que regulam as relações de trabalho e favorece-se o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que dela dependem".

Jânio reivindica mais deputados para São Paulo

A decisão da Comissão de Sistematização de rejeitar a proposta de aumento do número de deputados paulistas no Congresso foi criticada ontem pelo prefeito Jânio Quadros, que enviou um telex ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, manifestando seu descontentamento.

O prefeito de São Paulo criticou não só a rejeição da proposta, que aumentaria de 60 para 110 o número de deputados, mas também o acordo feito entre o PMDB e lideranças partidárias visando a um acréscimo de apenas 20 representantes, o que também foi rejeitado pela Comissão de Sistematização.

"O governador Orestes Quêrcia entendeu que oitenta deputados exprimem essa representação e, em ato de boa vontade, sua excelência abriu mão de

representação superior a cem deputados", disse Jânio, culpando o governador de São Paulo pelo acordo do PMDB, segundo informação da Agência Globo.

Dirigindo-se ao deputado Ulysses Guimarães, Jânio lembra a época em que foram companheiros de escola e aprenderam juntos "grandes lições jurídicas", como a questão da representação na Câmara dos Deputados, "que é o resultado da expressão democrática de cada unidade da Federação".

"Agora aprendo que todos os estados-membros têm direito a essa norma, isto é, a demografia indica o peso da representação popular, exceto São Paulo. O tratamento dado a nosso estado corresponde a transformá-lo em território, porque a desigualdade implica essa diminuição afrontosa", desabafa o prefeito.

Amato quer mudanças na Constituinte

por Guilherme Barros do Rio

O presidente da FIESP Mário Amato, prosseguiu ontem de manhã, no Rio, com suas articulações com vistas a influenciar politicamente os rumos da Assembleia Nacional Constituinte.

Primeiro esteve com o ex-presidente da República, Ernesto Geisel, e, logo depois, com o governador do Rio, Moreira Franco. O tema central dos dois encontros foi a Constituinte. "Se essa Carta que está aí for aprovada, o País pára", disparou o empresário paulista.

Em nenhum dos dois encontros, Amato disse que foi discutido o tempo do mandato do presidente José Sarney. Com Geisel, o empresário respondeu com evasivas afirmando que teria ido apenas "para bus-